



EDUCAÇÃO FÍSICA EM SERGIPE: CONSTATAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Solange Lacks
Núbia Josania de Lira Souza

RESUMO

Este estudo trata do campo da formação de professores de educação Física cujo pressuposto central é contribuir para uma Educação que permite ao homem ser essencialmente importante aos desígnios da humanidade. A metodologia de investigação e análise é dialética e procede a coleta de dados em 07 escolas da Rede Estadual de maior matrícula na capital Aracaju e a análise documental sobre a Proposta Curricular de Sergipe. Destaca-se aqui a Educação Física no Estado de Sergipe em completo distanciamento entre a realidade e a proposta curricular, entre teoria e prática.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Física; Formação de professores e Educação.

INTRODUÇÃO

Este estudo pretende contribuir com o campo da formação de professores de Educação Física para que sejam capazes de propor uma educação centrada na lógica de sociedade que permite ao homem ser essencialmente importante aos desígnios da humanidade e não mais condicionada aos interesses de acumulo de capital. A relevância deste estudo insere-se na luta pela qualificação da organização do trabalho pedagógico e consequentemente na oferta de uma educação para a classe popular atendida pela Rede Pública de Ensino no Estado de Sergipe inscrevendo-se no âmago da luta histórica pela superação da segregação humana pela via dos processos educativos.

A análise do contexto da Educação Física no Estado de Sergipe efetiva-se tendo como metodologia a investigação dialética que considera o processo da relação entre as elaborações teóricas e a realidade das escolas públicas Estaduais. Dessa forma, a investigação de campo concentrou a coleta de dados em 07 escolas de maior matrícula na capital do Estado de Sergipe, a cidade de Aracaju e sobre a análise documental da proposta curricular¹ para a Educação Física no Estado de Sergipe lançada desde 2007 a partir da análise de conteúdo constituída de duas categorias: a) Definição do Projeto Histórico e b) Organização do Trabalho Pedagógico.

¹ O documento de referência no Estado de Sergipe analisado será a PROPOSTA CURRICULAR DE SERGIPE lançada em 2007 e doravante será referido no texto pela sigla PCS.

Ao denunciar as constatações identificadas no Estado pretende-se possibilitar o desenvolvimento da participação coletiva com sujeitos atuantes na organização do trabalho pedagógico, de forma que compreendam, opinem e efetivem ações pedagógicas pautadas na consciência histórica de que são responsáveis pela formação da maioria da sociedade sergipana que segundo dados do IBGE (2011) hoje o Estado absorve uma matrícula de 69% das crianças e jovens na Educação Básica.

Portanto, em um tempo valioso para questionar com radicalidade a formação humana, em relação tanto às bases teóricas quanto às proposições políticas, o propósito é de investigar a prática, como possibilidade de alterar a cultura pedagógica da escola, considerando-se disputas referentes a projetos de escola, ressaltando-se, de um lado, um projeto hegemônico, o capitalista, e, de outro, uma possibilidade, o projeto socialista.

A possibilidade de um movimento socialista é indicada, segundo Mészáros (2003, p. 105), porque o capital depende absolutamente do trabalho, uma dependência que é, historicamente, tanto criada como superável, e porque estão ocorrendo mudanças na confrontação entre capital e trabalho, o que traz, em si, a necessidade de buscar novas formas de afirmar os interesses vitais dos trabalhadores, entre os quais, os que dizem respeito à formação humana.

Diante dessa realidade, levanta-se o pressuposto central deste trabalho: a prática pedagógica do professor em Educação Física, marcada por antagonismos de projetos, dá-se na contradição entre teoria e prática, cuja superação passa, necessariamente, pela consideração do trabalho como articulador do conhecimento, ou seja, pela prática qualificada pedagógica, científica e política.

A EDUCAÇÃO FÍSICA EM SERGIPE

As constatações finais nesse processo é que ao dialogar com coordenadores e professores das 7 escolas de maior matrícula na Rede estadual em 2008 ninguém tinha conhecimento da Proposta Curricular, afirmaram que não sabia que existia e muito menos do que se tratava tal proposta.

A elaboração teórica da proposta é reflexo de algumas ações desconexas, fruto de vaidades individualizadas sem a perspectiva de elaboração coletiva, sem a presença da realidade das escolas públicas e seus sujeitos e na qual não se apresenta o caminho pelo qual esta produção se faz, quando inicia; como é constituído o processo de envolvimento dos sujeitos de sua elaboração; qual o projeto histórico e a concepção de prática pedagógica que constituem suas referências. Assim, eivado de lacunas que negam as referências para as

diretrizes do Projeto Histórico e do Trabalho Pedagógico efetivamente necessário à educação da classe popular pela escola pública.

A análise das Propostas Curriculares seguem duas categorias que considera-se relevante para qualquer propositura educacional: a) Definição do Projeto Histórico e b) Organização do Trabalho Pedagógico.

No tocante à análise sobre o Projeto Histórico na construção da Proposta Curricular é necessário entender qual a concepção de homem e sociedade para a qual são definidas prioridades educacionais que respondam as necessidades. Nesse sentido, saber quais são os sujeitos envolvidos no processo de construção, como ocorreram as discussões e elaborações teóricas e quais os elementos da realidade concreta foram considerados relevantes para a base do trabalho, são algumas das questões que marcam sobremaneira, o teor de cada proposta e, inclusive, a aceitação coletiva e sua possibilidade de materialização no contexto da escola.

A PCS quando se refere aos sujeitos envolvidos explicitam que houve uma construção coletiva com os professores de todas as regionais do Estado de Sergipe com a intencionalidade de fornecer uma proposta unificada para todo o Estado. Porém somente a Coordenadora de Educação Física do Departamento de Educação Física, assina a proposta disponibilizada no site da Secretaria de Estado da Educação, sem, contudo explicitar o grupo de professores envolvidos. No texto não definem o período de construção nem a forma como procederam como identificamos, ficando obscuro, portanto o processo de construção da proposta, sendo assim, colocam que

Foi desenvolvido a partir da construção coletiva entre os professores da DEA e de todas as DRE's de Sergipe com a intenção de nortear a atuação e a importância da Educação Física no processo educacional na instituição escolar, sendo a mesma oferecida de forma unificada para todo o Estado. Como já citado este representa um referencial cujas atividades serão metodologicamente planejadas e aplicadas pelos professores de forma independente[...]. (PROPOSTA CURRICULAR DE SERGIPE, 2007, p. 1).

Como é uma proposta construída em 2007 e na qual não foram consideradas construções anteriores ficam as questões sobre a concepção de elaboração do trabalho pedagógico e sua reestruturação permanente no qual também perguntamos o que foi feito enquanto processo histórico em Sergipe para fundamentar os professores nas discussões coletivas e quais as prioridades eleitas para a elaboração da proposta.

Na apresentação do documento citam a LDB de 1996 e os Parâmetros Curriculares Nacionais como desencadeadores do trabalho, mas, não se referem a nenhuma outra estratégia de formação de professores e a localização histórica da Educação Física no Estado, assim

como também não fazem referência ao contexto da escola como necessidade real de elaboração do trabalho pedagógico ficando indefinida a realidade de que tratam e a concepção de homem e sociedade que defendem.

O que supomos pela ausência de respostas se configuram duas possibilidades: os professores que atuam na escola não sentem a necessidade e não reivindicam formação e organização da Educação Física como responsabilidade pública ou os setores da Secretaria de Educação do Estado desenvolvem trabalhos com o conjunto de professores de Educação Física ainda não articulados já que não mostram uma solução de continuidade, uma vez que, não há registros históricos que os envolva na perspectiva de diálogo entre passado e presente para a construção da proposta curricular.

No que se refere a sua localização no Projeto Histórico não apontam uma trajetória de localização, construção e sedimentação da forma de manifestar a Educação Física escolar como resultado de intencionalidades políticas de cada período o que pressupõe uma desarticulação quanto aos marcos históricos suas significações e conseqüências para, a partir dessa identificação, então, colocar-se no Projeto Histórico de sociedade necessário para o estudante oriundo das classes trabalhadoras que envolve uma concepção de lógica social e portanto de contribuir para que a Educação Física no estado de Sergipe possa compor alternativas para a Educação do trabalhador. Apenas um trecho aproxima a noção de marcos referenciais da necessidade de construção de uma proposta curricular que é o aspecto legal, no qual,

Desafio cerrado desde 1996, quando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB - lei n.º 9394/96), estabelece em seu artigo 26.º, os rumos que a Educação Física deve seguir, promulgada na tentativa de transformar o ensino brasileiro. Com o lançamento dos Parâmetros Curriculares Nacionais em 1997 temos a possibilidade de elaborar uma proposta pedagógica integrada à proposta pedagógica da escola, visando ampliar o conhecimento do aluno justificando a Educação Física enquanto componente curricular da Educação Básica e EJA.

Como podemos observar a “necessidade” de elaboração do trabalho pedagógico na história se justifica apenas pelo aspecto legal. Não foi identificada no documento de Sergipe a localização histórica da disciplina Educação Física no contexto e dessa forma também não desenvolve a perspectiva de situar o passado e o presente para construir o futuro no sentido da mudança significativa da sociedade a partir das proposições de uma educação para a classe trabalhadora que pretenda defender a estruturação das mudanças decorrentes dos antagonismos sociais e das relações de poder que reproduz o domínio da lógica sobre o mundo do trabalho e especificamente sobre o trabalhador que hoje ganha precedentes no

aniquilamento do homem que tem o seu direito a uma vida digna e cheia de sentido.

No que se refere as orientações sobre a organização da prática pedagógica na PCS foi verificado que a concepção de Educação não tem tratamento específico e a concepção de Educação Física é configurada por algumas contradições conceituais, uma delas refere-se à definição da concepção de homem e sociedade que não situa a escola pública como espaço que atende a uma população de trabalhadores, entendendo aqui trabalhadores incluindo aqueles que mesmo na fase de inserção neste universo não dispõe de condições de formação ou de espaços sociais de trabalho para todos e, portanto, são excluídos do processo, encontrando-se na perspectiva de inserção.

A inclusão da Educação Física na Educação de Jovens e Adultos representa o direito do cidadão de construir e usufruir deste instrumento de promoção da saúde, e poder utilizar seu tempo livre de forma criativa. Cabe a Educação Física formar o cidadão que vai produzir, reproduzir e transformar, os conteúdos referentes à cultura corporal (dança, jogos, esportes, lutas e ginásticas), de forma crítica para a melhoria da qualidade de vida. A escola de maneira geral e a Educação física em particular podem colaborar, na medida que mostram para os alunos os benefícios da prática regular de atividade física e constroem metodologias de ensino que propiciam a experimentação de atividades prazerosas, de tal modo que eles desejem continuá-las também fora da escola. (PROPOSTA CURRICULAR DE SERGIPE (2007, p. 23).

No que se refere à organização da prática pedagógica, de forma explícita conformam duas bases teóricas que apresentam diferenças conceituais a “Cultura Corporal” e a “Atividade Física Relacionada à Saúde e à Qualidade de Vida” denominada de diretriz curricular e não articula os eixos de diálogo conceitual que justifica a interação. Fica assim uma compreensão, um tanto contraditória, pois, relacionam a cultura corporal afastada da base teórica que a sustenta referindo-se apenas aos conteúdos por ela sistematizados e na diretriz da Atividade Física Relacionada à Saúde e à Qualidade de Vida.

Se justifica ao analisar o cotidiano de nossa sociedade, aonde muitas pessoas vêm substituindo a atividade pela passividade, ou seja, aumento da prevalência de um estilo de vida sedentário, trazendo como conseqüências a diminuição do trabalho corporal, o aparecimento de doenças crônicas não transmissíveis e/ou doenças hipocinéticas. (PROPOSTA CURRICULAR DE SERGIPE (2007, p. 23).

A PCS tem o trabalho organizado em 26 páginas e estrutura da seguinte forma: 1. Apresentação (na qual define a importância do documento e os desencadeadores legais); 2. Proposta Curricular para os Conteúdos da Educação Física no Ensino Fundamental; 3. Proposta Curricular para os conteúdos da Educação Física no Ensino Médio e 4. Proposta Curricular para os conteúdos da Educação Física na EJA. Apresenta uma estrutura textual de

uma página para reflexões teóricas e as demais com predominância na estruturação de conteúdos de forma rígida por série. Dos elementos para a organização do trabalho pedagógico são definidos os objetivos e conteúdos em separado para o Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos.

As definições de objetivos educacionais para a Educação Física no Ensino Fundamental, são:

Objetivos das séries iniciais estão centrados no desenvolvimento e na consolidação das habilidades motoras básicas. As primeiras séries de atuação da Educação Física trás uma grande contribuição através das atividades motoras da cultura corporal juntamente com a reflexão de sua prática e não apenas vivenciá-la [...] os conteúdos são organizados de forma crescente do simples para o complexo, conforme as capacidades motoras, cognitivas e afetivo-sociais dos alunos. (PROPOSTA CURRICULAR DE SERGIPE, 2007, p. 6).

E complementam a idéia de que os objetivos da Educação Física é identificar a finalidade e justificar a necessidade do movimento, classificar os jogos, os desportos, a ginástica, as lutas, transmitir noções de técnicas e regras das modalidades ensinadas, proporcionando um desenvolvimento integral do aluno; conhecer e cuidar do próprio corpo, valorizando e adotando hábitos saudáveis como um aspecto básico da qualidade de vida; adotar atitude de respeito mútuo, dignidade e solidariedade na prática dos jogos, lutas e esporte e conhecer, investigar e vivenciar os movimentos rítmicos que originam-se nas danças em seus diversos aspectos. (PROPOSTA CURRICULAR DE SERGIPE, 2007, p. 6).

O que podemos analisar da proposta inicial em Sergipe é que ainda mantém a ênfase na estruturação de conteúdos e uma compreensão dos objetivos que prioriza o aspecto motor. Quando tratam do Ensino Médio valorizam a retomada dos conhecimentos do Ensino Fundamental relacionando-os ao preparo para o trabalho, cidadania, formação ética e pensamento crítico e adota a definição de “eixo norteador” do trabalho pedagógico na EJA o tema “Educação Física Relacionada à Saúde e Qualidade de Vida”.

Referem-se à necessidade de estimular o aluno compreender “a importância e a necessidade de recorrer a outras disciplinas para subsidiar o conhecimento e a compreensão do funcionamento do corpo humano e a relação do ser enquanto participante e agente transformador da sociedade” (PROPOSTA CURRICULAR DE SERGIPE, 2007, p. 16). Assim fica ainda obscuro o que querem dizer quanto a “ser participante” e “agente transformador” da sociedade se não explicitam que sociedade estão precisando transformar e que ser é este a que se referem.

Quanto à proposição pedagógica tem a idéia de que para “atingir os interesses dos

alunos utilizaremos as abordagens pedagógicas que contemplem uma diversidade de objetivos, conteúdos e processos de ensino aprendizagem que compõe a Educação Física escolar na atualidade”. (PROPOSTA CURRICULAR DE SERGIPE, 2007, p. 23). A compreensão dos elementos pedagógicos não tem sustentação teórica, apenas intenções e carregam contraditoriamente a perspectiva de que o diverso em essência oferece a melhor opção pedagógica. As questões sobre a organização do trabalho pedagógico precisam ser mais bem definidas de forma a elencar os meios mais coerentes para o que se pretende.

A partir desses elementos de organização do trabalho pedagógico em Sergipe torna-se evidente repensar e reconstruir a elaboração voltada à realidade concreta a partir de articulação entre bases teóricas, efetivamente pensadas para a educação pública e articulada à formação humana necessária à condição de classe. Também é pertinente demarcar os campos de compreensão da Educação Física já que citam a Cultura Corporal como produto da sociedade e como processo que constitui e transforma o meio em que se vive perde o sentido, pois, não o fazem em referencia concreta a sociedade dual chegando a substituir os nexos que representam a perspectiva de transformação social como conquista humana por questões imediatistas e superficiais configurando a aparência de uma sociedade marcada essencialmente pela luta de classes e configurada pela propriedade privada e o domínio dos meios de produção.

A partir da configuração da realidade concreta construída a partir da análise dos dados temos que pensar a perspectiva de educação em que a escola tem que definir tarefas explícitas,

[...] Essa escola deve propiciar conhecimentos necessários à compreensão do homem em todas as suas dimensões, da produção material à espiritual; deve mostrar que o mundo que se conhece é produto do trabalho humano ao longo da história e também desvendar os segredos da Ciência aplicáveis à produção. [...] A escola precisa articular teoria e prática de forma que o jovem possa ter contato direto com o trabalho produtivo. Com isso, dá-se um passo essencial para acabar com a divisão entre o homem que pensa e o que faz, entre humanismo e técnica. (LACKS, 2004, p. 110).

Sendo, portanto, necessário constituir uma escola unitária na qual a formação humana não responde a dualidades estruturais, mas, a essência de vida. Aqui propomos a formação politécnica numa perspectiva de “união entre trabalho produtivo remunerado, instrução intelectual, exercícios físicos e treinamento politécnico”. Sobre esse aspecto o projeto histórico de sociedade deve coadunar-se às condições de existência para a materialização de uma outra lógica social, defendendo, assim, “[...] uma proposta de educação única, para toda a sociedade[...]”. Segundo Lacks (2004, p. 111), O ensino politécnico mostra o funcionamento

de todas as profissões, o funcionamento do mundo produtivo e os condicionantes históricos e sociais e então teremos o aluno que não saberia tudo, mas que teria o conhecimento do todo,

[...] Seria filósofo, artista e técnico – um ser ‘omnilateral’” e que teria uma educação cujo “eixo orientador seria o trabalho, a capacidade exclusivamente do homem para transformar a natureza, de produzir suas próprias condições de vida e, também, modificá-las (LACKS, 2004, p. 111).

Assim, consideramos pertinente pensar no que propõem para a Educação Física que não se constitui como uma proposta de educação permanente nas bases da formação humana em uma perspectiva omnilateral para a educação de uma sociedade de classes e como educação do trabalhador como projeto histórico que têm na organização do trabalho pedagógico as condições materiais de construção das possibilidades reais de um projeto verdadeiramente humano.

FORMAÇÃO DE PROFESSORES E A ALTERAÇÃO DA CULTURA PEDAGÓGICA NA ESCOLA

A partir da constatação empírica da prática pedagógica da Educação Física, na perspectiva de estabelecer nexos entre o particular e o geral, é possível apresentar elementos para a construção da teoria pedagógica, considerando-se a necessidade da superação do capitalismo e a construção da possibilidade do projeto histórico para além do capital. Freitas (1987) afirma que o projeto histórico enuncia o tipo de organização social que se pretende para a atual sociedade e os meios a serem colocados em prática para sua consecução. Esses meios são concretos e, como os fins, vinculam-se às condições existentes.

Nesse sentido, precisamos compreender a educação na escola pública, como espaço social destinado a atender aos trabalhadores e seus filhos, e isso requer, antes de tudo, compreender inicialmente as diferenças de acesso cultural que essa comunidade tem e identificar a influência na inserção no trabalho superando a educação negligenciada para a classe popular justificada pela dificuldade contextual de suas vidas. Segundo Kuenzer (2001, p. 60),

é sempre necessário reafirmar que a escola pública será, para muitos jovens, o espaço por excelência da sua relação com o conhecimento científico em todas as áreas. Portanto, a base de educação geral deverá ter por meta a universalização dos conhecimentos minimamente necessários à sua inserção na vida social, política e produtiva nas condições mais igualitárias possíveis, para o que a escola deverá propiciar situações de aprendizagem que permitam enfrentar, se não superar, as condições de pauperização cultural presentes na maioria dos jovens oriundos das camadas populares.

Some-se a esse debate, a necessidade de uma educação que perspectiva para além do capital e que não pode pautar-se nas ‘vocações’, mais numa interminável e contínua

caminhada, de forma que possa transcender à lógica do capital como eixo maior da estruturação social, que só responderá a verdadeira necessidade social quando universalizar a concepção de homem capaz de assumir a auto-educação de iguais e a autogestão da ordem social reprodutiva como modo de vida e realização. (MESZÁROS, 2002)

Não é sem razão que os projetos governamentais, que hoje orientam a formação de professores no Brasil, centram seus esforços nas competências e habilidades para o trabalho. Isso explica “porque não podemos ficar alheios aos processos educativos que passam pela produção material da existência humana” (ARROYO, 1991, p. 215).

Nessa complexa e, certamente, contraditória relação, os avanços científicos e suas aplicações à produção exercem papel decisivo, com as marcas que possuem das relações sociais em que são concebidos e aplicados. Esses avanços são produtos das estratégias do capital para o controle e a manutenção de seu poder de classe.

A desqualificação também é parte a essas estratégias, constitui-se de políticas de enfraquecimento dos trabalhadores, devido, principalmente, à divisão entre trabalho manual e intelectual. A função da Ciência e da técnica incorporadas à produção desqualifica o trabalhador, degradando-o, alienando-o, porque o deixa desprovido do que há de mais nobre e mais humano, o saber (SILVA, 1991, p. 174). A história da qualificação e desqualificação dos trabalhadores é a história da Ciência e da técnica que têm uma mesma função social e ideológica, a de garantir o controle do trabalho pelo capital.

Desse processo, não se exime o trabalho pedagógico dos trabalhadores da educação. Taffarel (1993) já descreveu como, na formação de professores de Educação Física, essa situação se expressa como prática pedagógica. Trata-se de uma contradição que é materializada na relação do capital com o trabalho em dois momentos diferentes: o primeiro, quando o trabalhador já está incorporado ao processo de produção, restringindo-o à qualificação mínima, o que significa mínimos salários, máximo controle e possibilidade de substituição; o segundo, quando o trabalhador passa a ser um incorporado, exigindo-se dele qualificação adequada e versatilidade. Na fábrica, exige-se a especialização, no pior sentido do termo; no mercado de mão-de-obra, a versatilidade. Quando problematizamos a disputa de projetos para a universidade e para a formação de professores na sociedade brasileira, identificamos claramente, nas diretrizes curriculares, essa contradição.

Ao tratar dessas questões, verificam-se, sem dificuldades, as resistências, nas escolas, ao processo de trabalho capitalista. Nesse sentido, procuramos localizar, analisar e identificar as contradições internas e as possibilidades históricas dessas resistências, porque admitimos que a

realidade não é estanque, mas dinâmica. Os processos estão em desenvolvimento e, por serem contraditórios, podem tomar rumos em que, certamente, teremos que intervir.

O trabalho investigativo de Escobar (1997) acerca da construção da teoria pedagógica como categorias da prática pedagógica nos indica que para superar o processo de desqualificação na formação precisa-se de uma nova qualidade da prática pedagógica do professor modelada pela teoria educacional emergente do trabalho revolucionário e cotidiano da classe trabalhadora e seus aliados. Em outros termos, a superação das contradições da organização do trabalho pedagógico depende da prática concreta da auto-organização do coletivo como formas de se sobrepor à alienação e ao individualismo, tendo como fonte de alimentação dos objetivos de um projeto histórico transformador, oposto a essência conservadora do projeto capitalista.

As transformações no trabalho e no cotidiano, nos vários espaços sociais que parecem ser resultados de ações e reações, de conflitos entre dominantes e dominados, fortes e fracos, sábios e ignorantes, qualificados e desqualificados, precisam ser vistas, segundo Arroyo (1991, p. 195) para além de análises funcionalistas, incorporando a defesa da atividade humana frente às estruturas, a defesa da cultura, da reação e da resistência dos diversos sujeitos sociais implicados nos processos de trabalho.

A resistência crítica e cultural, como manifestação consciente da luta material, compõe a história dos trabalhadores, mostrando como eles vêm se formando e se constituindo na medida em que lutam coletivamente para transformar, no cotidiano, a atual organização do trabalho, na medida em que redefinem práticas, ou seja, a materialidade da produção e das relações sociais em que operam². Este é nosso foco investigativo: as práticas redefinidas como aponta Freitas (1996) em sua tese de doutorado.

O trabalho pertence exclusivamente ao homem, independentemente das contingências históricas em que se dá. Ele é o modo com que o ser humano transforma a natureza e transforma a si mesmo. Portanto, há uma objetividade, há circunstâncias produzidas histórica e socialmente que formam e deformam, e que devem “ser educadas” justamente porque educam e deseducam. O homem é formado pelas circunstâncias na mesma medida em que ele elabora as circunstâncias. Nesse sentido, a resistência é entendida como fator educativo na perspectiva de práxis social (VAZQUEZ, 1977).

²Robert Kurz (1992) pondera que, se o vigente sistema produtivo de mercadorias encerrar, de forma penosa e conturbada, seu ciclo, a humanidade há de inventar outro sistema, mais justo, com menos iniquidades, regido por uma racionalidade sensível.

O que se busca é captar a formação de classe chamada a revolucionar a sociedade na produção capitalista. E isso não será possível por um mero ato de resistência, mas, sim, mediante o desenvolvimento racional, político e consciente das contradições existentes nas formas de produção. O estudo da contradição no processo de trabalho pedagógico reveste-se de fundamental relevância social. Para realizá-lo, é necessário reconhecer a essência historicamente construída que caracteriza o trabalho pedagógico.

Destaca-se enfim a valorização do trabalho coletivo e das formas organizacionais tidas como eficazes, sendo o conhecimento do real (a opção pela unidade metodológica) e a auto-organização do coletivo escolar os elementos fundamentais de uma escola inserida na luta por novas relações sociais. Isso pressupõe que a ciência deve ser ensinada como meio para conhecer e transformar a realidade, permitindo-se aos alunos as apropriações sólidas dos métodos científicos fundamentais não só para conhecê-la e avaliá-la, porque se acrescentam as manifestações da vida e o existir tanto social como individual.

A tarefa histórica da educação pelo processo de escolarização é possibilitar que o conhecimento acumulado pelo conjunto dos homens seja apropriado pela futuras gerações, nesse sentido, a constituição da humanidade, parte do princípio de que,

Cada geração começa, portanto, a sua vida num mundo de objetos e de fenômenos criado pelas gerações precedentes. Ela apropria-se das riquezas deste mundo participando no trabalho, na produção e nas diversas formas de atividade social e desenvolvendo assim as aptidões especificamente humanas que se cristalizaram, encarnaram nesse mundo. [...] O mesmo se passa com o desenvolvimento do pensamento ou da aquisição do saber. Está fora de questão que a experiência individual de um homem, por mais rica que seja, baste para produzir a formação de um pensamento lógico ou matemático abstrato e sistemas conceituais correspondentes. Seria preciso não uma vida, mas mil. De fato, o mesmo pensamento e o saber de uma geração formam-se a partir da apropriação dos resultados da atividade cognitiva das gerações precedentes. (LEONTIEV, 1978, p. 03).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação, portanto, está envolvida nas várias fases da manipulação do conhecimento, envolvendo tanto a qualificação como a desqualificação do indivíduo. Nesse sentido, cabe aos educadores ter uma compreensão apropriada, da relação entre educação e trabalho, que o auxilie em sua interferência política para romper com os padrões de desigualdade existentes no processo de produção e distribuição do conhecimento.

Uma alternativa aos educadores é a de buscar novas bases de organização do trabalho pedagógico em sala-de-aula que elimine a divisão do trabalho, que elimine a gestão e a avaliação autoritária, que ultrapasse os métodos tradicionais (FREITAS, 1987). Isso, para nós,

é um desafio que exige a verificação, na prática, da materialidade da proposta de Pistrak (2000), referente à aplicação do "princípio da pesquisa" ao trabalho escolar, o que significa que o conteúdo do ensino consiste em preparar o educando para a luta por uma nova sociedade, envolvendo, para tanto, o entendimento de questões tais como o que é preciso construir e de que maneira se deve construir.

Outro enunciado é a valorização do trabalho coletivo e das formas organizacionais tidas como eficazes, sendo o conhecimento do real (deduz-se, daí, a opção pela unidade metodológica) e a auto-organização do coletivo escolar os elementos fundamentais de uma escola inserida na luta por novas relações sociais. Isso pressupõe que a Ciência deve ser ensinada como meio para conhecer e transformar a realidade, permitindo-se aos alunos as apropriações sólidas dos métodos científicos fundamentais não só para conhecê-la e avaliá-la, porque se acrescentam as manifestações da vida e o existir tanto social como individual.

Esse enunciado implica a compreensão de que "sem teoria pedagógica revolucionária, não poderá haver prática pedagógica revolucionária" (PISTRAK, 2000, p. 24), ou seja, implica a compreensão de que a teoria marxista deve guiar a prática escolar que se exprime numa sólida pedagogia social, devendo o professor assumir os valores de um militante social ativo que resiste a reprodução, e não de um mero ser esmagado pelo peso de noções escolásticas que anulam a aptidão para a criatividade pedagógica.

Importa verificar, através de fatos, como podem ser considerados, atualmente, no modo de produção capitalista, esses enunciados pedagógicos. Essa consideração é possível à medida que se reconhece a condição dialética e revolucionária do novo, porque nasce das contradições e precariedade do antigo. Essas contribuições evidenciam a necessidade de analisar a organização do trabalho pedagógico a partir de problemáticas significativas e relevantes, como a definição de um projeto histórico alternativo, a democratização das relações de poder, a configuração coletiva de um projeto político-pedagógico que envolva trabalho coletivo, unidade metodológica, auto-organização dos alunos e "trabalho vivo" como eixo curricular primário e estruturante.

Nas análises, não pode ser desconsiderada uma série de problemáticas que ocorrem nos cursos de formação de professores, determinadas historicamente e relacionadas à estrutura social, que permitem a compreensão de suas características principais, os traços do trabalho pedagógico, e apreender sua contradição.

PHYSICAL EDUCATION IN SERGIPE: FINDINGS AND CONTRIBUTIONS TO A TEACHER

ABSTRACT

This study deals with the field of teacher education Physics whose central assumption is contributing to an education that enables man to be critically important to the designs of humanity. The research methodology and analysis is dialectical and proceeds to collect data in 07 schools in the State Network of enrollment in higher capital Aracaju and documentary analysis on the Curricular Proposal of Sergipe. It is noteworthy here Physical Education in the State of Sergipe in complete detachment between reality and curriculum between theory and practice.

KEYWORDS: *Physical Education; Teacher Training and Education.*

EDUCACIÓN FÍSICA EN SERGIPE: CONCLUSIONES Y CONTRIBUCIONES PARA UN MAESTRO

RESUMEN

Este trabajo trata sobre el campo de la física de formación del profesorado cuya principal premisa es contribuir a una educación que le permite al hombre tener una importancia decisiva a los designios de la humanidad. la metodología de investigación y análisis es dialéctica y procede a recopilar datos en 07 escuelas de la red estatal de inscripción en aracaju capital más elevado y el análisis documental sobre la propuesta curricular de sergipe. cabe destacar aquí la educación física en el estado de Sergipe, en el completo desapego entre la realidad y el currículo entre la teoría y la práctica.

PALABRAS CLAVE: *educación física; formación de profesores y educación.*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARROYO, Miguel. Revendo os vínculos entre trabalho e educação: elementos materiais da formação humana. In: SILVA, Tomaz Tadeu. *Trabalho, educação e prática social*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991. Boitempo Editorial; Campinas: Editora Unicamp, 2002.

ESCOBAR, Micheli Ortega. *Transformação da Didática: construção da teoria pedagógica como categorias da prática pedagógica*. 1997. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade de Campinas, São Paulo.

FREITAS, Helena Costa de. *O trabalho como princípio articulador na prática de ensino e nos estágios*. Campinas: Papyrus, 1996.

FREITAS, Luiz Carlos de. *Projeto histórico: ciência pedagógica e “didática”*. Educação e Sociedade. Campinas, n. 27, 1987, p.122-140.

IBGE. Acessível Em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/link.php?uf=se>. 01/05/2011.

KOSIK, Karel. *A dialética do concreto*. 7 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

KUENZER, Acacia (org.). *Ensino Médio: construindo uma proposta para os que vivem do*

KURZ, Robert. *O Colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

LACKS, Solange. *Formação de professores: a possibilidade da prática como articuladora do conhecimento*. Salvador: UFBA, 2004.

LEONTIEV, Alexis. *O desenvolvimento do psiquismo*. Lisboa: Horizonte, 1978.

MÉSZÁROS, Istvan. *Para Além do Capital: Rumo a uma teoria da transição*. São Paulo:

PISTRAK, M. *Fundamentos da escola do trabalho*. São Paulo: Expressão Popular, 2000.

SERGIPE. *Proposta curricular de Sergipe*. SEED. Sergipe, 2007. Acessível em: [www.http//seed.se.gov.br](http://seed.se.gov.br).

SILVA, Tomaz Tadeu (org.). *Trabalho, educação e prática social: por uma teoria da formação humana*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.

TAFFAREL, Celi. *A formação do educador: o processo de trabalho pedagógico e o trato com o conhecimento no curso de educação Física*, 1993. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de Campinas, Campinas.

trabalho. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

VAZQUEZ, Adolfo S. *Filosofia da práxis*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.